

Escola e comunidade: investigando a participação popular e vínculos para o exercício da cidadania

School and community: investigating popular participation and bond for the exercise of citizenship

Isaac de Andrade Santos¹

Márcia Schott²

Renata Jardim³

Resumo: A cidadania ao longo da história se limitava aos privilégios das classes sociais com maiores poderes aquisitivos e relevância sociocultural. Atualmente, as democracias caracterizam-se pela busca de igualdade dos direitos civis, políticos e sociais dos indivíduos e grupos. Assim, foi investigada a participação popular e os vínculos entre a escola e a comunidade através do exercício da cidadania nos espaços colegiados do ambiente escolar. Estudo de caráter exploratório e quantitativo, foi composto por escolas da Educação Básica das zonas urbanas e rurais do município de Lagarto/SE com o Programa Saúde na Escola. As informações foram obtidas através de entrevistas e questionários com os diretores das escolas investigadas a respeito da autoria do Projeto Político Pedagógico (PPP), da composição dos Conselhos Escolares e do desenvolvimento de atividades extracurriculares. Participaram do estudo 48 escolas, das redes estadual e municipal, com representatividade de instituições das zonas urbanas e rurais. Em relação à composição dos conselhos escolares, a comunidade local não foi representada, entretanto, a gestão escolar esteve presente em 100% das instituições. Na elaboração do PPP, houve representatividade de professores (95%), seguida por gestão escolar (87%), e alunos (40%). Assim, evidencia-se reduzida vinculação entre a escola e a comunidade local, pais, estudantes e moradores, quando comparada à participação da gestão escolar. Portanto, faz-se necessário o estímulo e apoio das instituições educacionais para o fortalecimento da vinculação entre escola e comunidade local, a favor do exercício da cidadania.

Palavras-chave: Educação Básica; Participação da Comunidade; Cidadania; Democracia.

Abstract: Citizen ship throughout history was limited to privileges of social classes with greater purchasing power and socio-cultural relevance. Currently, democracies are characterized by the search for equality of civil, political and social right so find individual sand groups. Thus, popular participation and the links between school and community were investigated, through the exercise of citizen ship in collegiate spaces of the school environment. An exploratory and quantitative study, comprising Basic Education Schools in urban and rural areas in the municipality of Lagarto, Sergipe, Brazil with a Health at School Program. Data collection was obtained through interviews with the principals of the investigated schools regarding the author ship of the Pedagogical Political Project (PPP), the composition of the School Council sand the development of extracurricular activities. Forty-eight schools participated in the study, from the state and municipal networks, representing institutions from urban and rural areas. Regarding the composition of school councils, the local community was not represented, however, school management was present

1 Bolsista de Iniciação Científica pela Coordenação de Pesquisa (COPES-UFS). Departamento de Fisioterapia Lagarto, Universidade Federal de Sergipe, campus Professor Antônio Garcia Filho.

2 Doutora em Educação (UNICAMP). Professora do Departamento de Educação em Saúde da Universidade Federal de Sergipe (UFS), campus Professor Antônio Garcia Filho.

3 Doutora em Saúde Pública (UFMG). Professora do Departamento de Educação em Saúde da Universidade Federal de Sergipe (UFS), campus Professor Antônio Garcia Filho.

in 100% of the institutions. In the preparation of the PPP, there was a representation of teachers (95%), followed by school management (87%), and students with 40%. Thus, there is little connection between the school and the local community, parents, students and residents, when compared to the participation of school management. Therefore, it is necessary to stimulate and support educational institutions to strengthen the link between school and local community in favor of exercising citizenship.

Keywords: Basic Education; Community Participation; Citizenship; Democracy.

Introdução

A cidadania é um construto social que, historicamente, esteve ligada à noção de privilégios sociais, mas que tem evoluído cada vez mais através de lutas e resistências no sentido da democratização de direitos, os quais devem ser garantidos pelo Estado (BYDŁOWSKI, 2007; TEZOZO; OLIVEIRA, 2012). Desta maneira, coexistem duas cidadanias: uma que pode ser caracterizada pelo perfil passivo, referenciado pelos direitos e deveres cedidos em base constitucional e, outra, pelo aspecto ativo, traduzido pelo processo democrático de participação social em favor do interesse coletivo (HADDAD, 2003).

O cenário constitucional brasileiro tem favorecido a incorporação de diversos segmentos comunitários nos processos decisórios sobre questões que dizem respeito aos cidadãos e à vida em sociedade, como a educação, a saúde, a segurança e o meio ambiente (BRASIL, 1998). Entretanto, ainda é necessário avançar o exercício da cidadania através da participação social, progressivamente ativa, a partir da construção de modelos de organização, como entidades e associações, que reproduzam espaços vivos para a produção de novas definições e ações, para a resolução dos tão atuais problemas relacionados aos Determinantes Sociais em Saúde (ABERS; KECK, 2008).

Neste sentido, os espaços disponíveis para educação se caracterizam como sendo espaços coletivos e fecundos para formação dos indivíduos como seres políticos, autônomos e emancipados que se fortalecem na construção coletiva da sociedade (SANTOS; SANTOS; SILVA, 2013). Ademais, o alcance destas perspectivas no contexto escolar deve estar embasado na gestão democrática da escola fortalecida através do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares (BRASIL, 2004).

Os conselhos escolares assegurados pela Lei n. 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) e pelo Plano Nacional de Educação através da Lei n. 13.005/14 (BRASIL, 2014) configuram-se como órgãos colegiados compostos por representantes da comunidade escolar e local. Atuam possibilitando, a partir das ações deliberativas, consultivas, examinadoras e mobilizadoras, a constante participação popular e promoção de espaços de discussão, negociação e encaminhamentos das demandas educacionais e daquelas relacionadas com a comunidade local (BRASIL, 2004).

A participação popular na escola pode ser ampliada através da participação nas construções e reformulações do Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição educacional, assim como por realização de atividades extracurriculares de formação, de vinculação com a comunidade e com o território do qual faz parte (GUEDES; SILVA; GARCIA, 2017).

Outra forma de fortalecimento da participação social no contexto educacional está no Programa Saúde na Escola (PSE). O PSE é uma estratégia de vinculação entre as esferas de educação e saúde, por meio de práticas de promoção à saúde e prevenção de agravos por profissionais do Programa Saúde da Família, a partir da identificação de situações relacionadas às vulnerabilidades do território (BRASIL; et al., 2017).

Desta forma, este estudo teve por objetivo identificar a presença da participação e vínculos entre escolas públicas com PSE e sua respectiva comunidade, por meio de espaços que fortaleçam o exercício da cidadania e a gestão democrática, como a composição dos Conselhos Escolares, autoria colaborativa do Projeto Político Pedagógico e a realização de atividades extracurriculares na escola e em comunidade.

Métodos

Trata-se de um estudo transversal, quantitativo, de caráter exploratório, realizado no município de Lagarto, terceira maior cidade do estado de Sergipe. Esta pesquisa faz parte do Projeto intitulado “*Educação, saúde, participação popular: vínculos para cidadania*”, vinculado ao Núcleo Transdisciplinar de Estudos em Saúde Coletiva (NUTESC) da Universidade Federal de Sergipe, Campus Lagarto.

O município possui 94 estabelecimentos educacionais públicos, sendo 80 municipais, 12 estaduais e 2 federais. Foram selecionadas todas as escolas públicas da educação básica que estavam cadastradas no PSE no primeiro semestre do ano de 2018. Segundo os dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED) e pela Diretoria Regional de Educação (DRE), havia 55 escolas que atendiam ao critério de inclusão deste estudo. No entanto, após a realização de visitas às instituições, sete foram excluídas da pesquisa, tanto pela dificuldade no contato com a direção (5) quanto por extinção da instituição (1) e por ausência das atividades do PSE (1). A amostra final foi formada por 48 escolas, sendo 41 municipais e 7 estaduais (Figura 1).

Figura 1. Fluxograma da distribuição das instituições públicas de educação básica com Programa Saúde na Escolas participantes do estudo. Lagarto, SE – 2018.



Fonte: Dados da pesquisa.

A construção dos dados foi realizada no período de janeiro a junho do ano de 2018, por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas com os gestores e/ou coordenadores de instituições de educação

básica das zonas urbana e rural do município. Todos os gestores das escolas selecionadas concordaram em participar da investigação e foram entrevistados nas escolas investigadas, em dias e horários pré-agendados. As entrevistas tiveram duração média de 60 minutos.

O instrumento utilizado era composto de 122 questões distribuídas em quatro eixos: (1) **Sociodemográfico**: idade, sexo, identidade de gênero, orientação sexual, cor da pele autodeclarada, moradia, estado civil, escolaridade; (2) **Ocupacionais**: vínculo empregatício, funções exercidas, carga horária, turnos trabalhados, desempenho, motivação e satisfação no trabalho; (2) **Saúde**: autoavaliação de saúde, morbidade referida, uso de medicamentos, prática de atividade física, saúde vocal, absenteísmo no trabalho por problemas vocais e depressão mensurada pelo Inventário de Depressão de Beck (Beck et al, 1961); (3) **Racismo**: frequência da ocorrência de fatos discriminatórios devido a cor da pele na escola protagonizada por alunos, professores ou alunos e a existência de bullying. Foi utilizada uma adaptação da Escala de Percepção de Discriminação Racial em Saúde (MIRANDA, 2015) composta por 13 itens, com o objetivo de avaliar a percepção da frequência de racismo vivenciada/observada pelos profissionais da APS nos serviços de saúde e (4) **Programas ou Projetos presentes na escola**: Sala de Recursos Multifuncionais, Programa Saúde na Escola, Programa Mais Educação, Programa de Erradicação do Trabalho infantil, Conselho Escolar e Projeto Político Pedagógico (PPP). Em relação ao PPP, investigou-se: a existência ou não do projeto nas escolas investigadas, o ano de elaboração do PPP atual, as revisões e atualizações existentes, os atores participantes da elaboração do projeto, a disponibilidade do PPP para consultas públicas, a utilidade do projeto para a escola, a consulta do projeto para planejamentos ou tomada de decisões, a inclusão de ações do PSE no PPP, a aderência da escola ao projeto escola-bairro ou outra experiência similar de aproximação com a comunidade e a existência de conselho escolar.

Os dados coletados foram tabulados e tratados através do *software Microsoft Excel 2016* (Microsoft®). As análises descritivas foram feitas buscando evidenciar a frequência absoluta e relativa das variáveis investigadas.

Esta pesquisa foi conduzida de acordo com as normas da Resolução do Conselho Nacional de Saúde - CNS 466/12 e foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Hospital Universitário de Sergipe da Fundação Universidade Federal de Sergipe (Parecer 2.587.712).

Resultados

Das 55 escolas públicas com PSE do município investigado, 48 compuseram este estudo. Dessas, 67% (n=32) estavam localizadas na zona rural (30 instituições municipais e 2 estaduais) e 33% (n=16) na zona urbana (subdivididas em 11 da rede municipal e 5 da rede estadual).

Os resultados encontrados a respeito da existência e composição dos órgãos colegiados e atividades extracurriculares no espaço escolar estão ilustrados na Tabela 1. Um décimo das escolas investigadas (10%; n=5) não possuíam Conselho Escolar nas instituições. Quanto ao tempo de vigência das atuais gestões dos conselhos, 44% apresentavam vigência de um ano (n=19) e 28% de 1 a 2 anos (n=12).

Tabela 1. Descrição da existência e composição dos conselhos escolares, dos autores do Projeto Político Pedagógico e das atividades extracurriculares, no contexto escolar, em instituições de educação básica, vinculadas ao Programa Saúde na Escola. Lagarto, SE – 2018.

Variáveis	FA	FR
Existência do conselho escolar nas instituições		
Sim	43	90
Não	5	10
Tempo de vigência dos conselhos escolares		
< 1 ano	6	14
1 ano	19	44
Entre 1 a 2 anos	12	28
≥ 3 anos	3	7
Não souberam responder	3	7
Membros constituintes dos conselhos escolares		
Diretores e coordenadores da instituição	43	100
Professores	42	98
Pais	38	88
Estudantes	18	42
Comunidade local	-	-
Forma de seleção dos membros dos conselhos escolares		
Indicação	11	26
Votação	29	67
Não souberam responder	3	7
Existência do Projeto Político Pedagógico		
Sim	45	94
Não	3	6
Autores do Projeto Político Pedagógico		
Diretores e coordenadores da instituição	39	87
Professores	43	95
Conselho escolar	31	69
Alunos	18	40
Comunidade local	30	67
Abordagem do PSE no Projeto Político Pedagógico		
Sim	36	80
Não	9	20
Realização de Atividades extracurriculares		
Sim	15	31
Não	33	69
Frequência da realização de Atividades extracurriculares		
Semanal	4	27
Quinzenal	3	20
Irregular	8	53

Sobre a representatividade na composição dos Conselhos Escolares, a comunidade local não foi representada em nenhuma das instituições investigadas, em contrapartida, os diretores e coordenadores foram representados em 100% (n=43) das instituições, seguidos pelos professores com 98% (n=42). Ademais, os pais em 12% (n=5) e estudantes em 58% (n=25) das instituições não compuseram os conselhos escolares destas instituições. A indicação foi a forma de seleção dos membros do Conselho Escolar em 26% (n=11) das instituições de ensino investigadas, em comparação à votação que categorizou 67% (n=29).

A maioria das instituições (94%; n=45) apresentavam Projeto Político Pedagógico construído e vigente à época da pesquisa. Em mais de um terço das instituições investigadas (33%; n=15) não havia contribuição da comunidade e 60% (n=27) das instituições não possuíam representatividade dos alunos na autoria do PPP. Porém, a figura dos professores e gestores esteve massivamente presente em 95% (n=43) e 87% (n=39), respectivamente.

Em relação às atividades extracurriculares, 69% (n= 33) das instituições pesquisadas não realizavam nenhuma atividade. Ademais, 53% (n= 8) das escolas não tinham definição da frequência das atividades extracurriculares e apenas 27% (n= 4) relataram frequência semanal.

Discussão

Este estudo constatou maior número de instituições de educação básica alocadas na zona rural. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 2010, o município de Lagarto possuía aproximadamente 48% de sua população residindo na zona rural, configurando o maior percentual rural entre os municípios do estado de Sergipe (IBGE, 2010). Tal característica mostra a realidade de muitos municípios da região nordeste, favorecendo o surgimento de vulnerabilidades sociais traduzidas por implicações negativas nos Determinantes Sociais em Saúde nestas áreas rurais (IBGE, 2016).

Neste sentido, faz-se necessário entender a relação entre os sujeitos e o território ao qual pertencem. Haesbaert (2004) apresenta como uma das possibilidades de entender o território, a perspectiva integradora, a qual baseia-se na articulação de relações políticas, econômicas, culturais e nacionalistas entre os indivíduos que partilham do mesmo espaço geográfico em determinado tempo. Assim, pode-se inferir uma dualidade controversa entre o inexistente protagonismo dos sujeitos na construção dos seus territórios e a prática das jurisdições governamentais atuais.

Este protagonismo dos sujeitos no âmbito do território, traduz-se, muitas das vezes, por uma assunção de passividade e aceitação frente às necessidades de lutas em interesses coletivos, descrita por Paulo Freire (1987) como sendo a convivência com a situação opressora. Desta forma, ao que se deduz, tal realidade reflete-se da “visão bancária da educação”, a qual valoriza a cultura do silêncio em consequência da “absolutização” da ignorância humana, na qual, poucos detêm o saber.

Mesmo diante desta realidade brasileira, há ferramentas e estratégias que combatem este cenário. A exemplo, a Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988), a Lei nº 8.142 (BRASIL, 1990) que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde e a Lei nº 9.394 (BRASIL, 1996) que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, são formas de garantir a participação e o exercício da cidadania dos sujeitos, de forma coletiva, em defesa dos seus direitos.

Jacobi (2002) ao significar a participação popular, propõe uma nova perspectiva à cidadania que inclui as populações como sujeitos sociais ativos e as concebem como autoras de novos direitos, possibilitando, assim, novos espaços de participação. Por conseguinte, neste estudo foi possível identificar a presença de órgãos colegiados na maioria das instituições de educação básica, as quais promovem a participação da comunidade no contexto de tomada de decisão, seja tanto através do Conselho Escolar ou pela elaboração do Projeto Político Pedagógico.

A gestão democrática da escola segundo Najjar (2006), remete à partilha de poder entre múltiplos atores sociais e constituintes da instituição para administração dos aspectos multifacetados que o âmbito escolar propõe. Logo, alcança-se a suma prática da cidadania, por proporcionar uma consciência e comportamento que ultrapassa os interesses pessoais e alcança ampla perspectiva, envolvendo os assuntos sociais e políticos (ROUSSEAU, 1978).

Portanto, o exercício da participação ativa em um cenário de expressões e decisões resulta no alcance de uma inter-relação duradoura entre as instituições e os indivíduos envolvidos (PATEMAN, 1992). Logo, a participação popular remete à associação da consciência cidadã, do pertencimento institucional e do vínculo tanto dos moradores da comunidade onde a escola está inserida quanto dos demais sujeitos constituintes da instituição.

A investigação dos membros dos conselhos escolares evidenciou maciça composição dos sujeitos envolvidos diretamente com a instituição, como diretores e professores. Tal realidade, iguala-se à relatada por Paro (2006) ao afirmar a existência de uma hierarquização de poder nas instituições, com supremacia dos diretores e coordenadores outorgada inconscientemente pelos demais papéis assumidos no âmbito escolar. Portanto, percebe-se a necessidade da desconstrução da autarquia nas instituições de ensino, muitas vezes atrelada à formação dos profissionais, e a perspectiva conturbada da sociedade quanto ao valor de importância atribuído a estes profissionais em relação aos demais sujeitos da comunidade.

Paulo Freire, na obra *Pedagogia do Oprimido* (1987), afirma a necessidade do colóquio crítico e libertador com as pessoas “oprimidas” independente do estágio de luta em que esteja pela sua libertação. Aplicando-se a realidade da participação no contexto escolar, a ausência da comunidade local na composição dos conselhos escolares manifesta a ausência do diálogo entre comunidade e a escola. Portanto, há necessidade de conexão entre a realidade local do território e os agentes contribuintes para mudanças desta realidade, a fim de que seja priorizada nos encontros do conselho escolar as várias interlocuções e a escuta ativa das necessidades vivenciadas pelos moradores. Contribuindo para o pressuposto de construção de ideias e ações resolutivas em grupo, baseadas no favorecimento do exercício da autonomia e no poder de decisão compartilhado.

Desta maneira, tornou-se evidente a escassa participação dos discentes nestes processos participativos em comparação aos pais e/ou responsáveis. Assim, corroborando com Lück e colaboradores (2005) são necessárias estratégias de incitação e consciência, da gestão escolar, sobre o importante papel da comunidade e dos estudantes na idealização e deliberação de projetos e ações na escola, a partir do reconhecimento de sua autonomia e direito à participação. Reconhecendo também a capacidade de transformação pela educação, transpondo o estudante de sua condição de objeto do contexto sociocultural que está inserido, para então sujeito ativo e participativo na mudança de sua realidade (FREIRE, 1996).

Nesta perspectiva, a realidade e o pertencimento territorial, a fecundidade de diferenças e a mutualidade entre comunidade e escola, favorecem a necessidade da prática compartilhada. A ausência de atividades extracurriculares em 60% das instituições de ensino participantes deste estudo, enfatiza a necessidade de construção de vínculo entre estes promotores de mudança na sociedade. O sentimento de pertencimento neste cenário, contribuiria significativamente para o fortalecimento do enfrentamento das iniquidades e agravantes aos determinantes sociais em saúde presentes no território.

Conclusão

Pode-se concluir que as formas de estabelecimento de vínculos entre a comunidade e as instituições de ensino ocorrem, exclusivamente, por meio de órgãos deliberativos conforme a obrigatoriedade institucional e legislativa. Entretanto, há que se destacar a reduzida, e às vezes ausente, participação e vinculação de pais, alunos e comunidade local ao contexto escolar, através do conselho escolar e autoria do PPP quando comparado ao corpo docente e administrativo destas instituições.

Portanto, faz-se necessário a implementação de políticas, ações, programas e recursos financeiros que deem condições aos órgãos educacionais, secretarias de educação municipais e gestores escolares, a necessidade de fomentar a participação e a vinculação da comunidade local, dos pais e dos alunos nas diversas atividades escolares e socioculturais do território, através de debates, rodas de conversa e planejamento de ações coletivas. A escola é um equipamento social fundamental de uma localidade, e às vezes o único, principalmente no interior do país, e um dispositivo potencialmente propulsor de cidadania que agrega diferentes possibilidades de interação com os sujeitos do seu entorno que precisam ser chamados a participar.

Apesar dos desafios na construção de vínculos entre a escola e a comunidade, é necessário uma percepção otimista do papel transformador de uma escola aberta à comunidade, contribuindo assim para o fortalecimento de redes de desenvolvimento, gestão escolar democrática e autonomia para o exercício da cidadania destes sujeitos nos cenários que ultrapassam o contexto escolar e confluem para o enfrentamento da realidade local, ampliando assim as alternativas de superação das enormes dificuldades sociais vividas por tantos cidadãos brasileiros.

Referências

- ABERS, R. N.; KECK, M. Representando a diversidade: estado, sociedade e “relações fecundas” nos conselhos gestores. **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, n. 52, abr. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010-49792008000100008&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 3 jan. 2019.
- BECK, A. T.; WARD, C. H.; MENDELSON, M.; MOCK, J.; ERBAUGH, J. An inventory for measuring depression. **Archives of general psychiatry**, v.4, n.1, 1961.
- BRASIL, E. G. M.; et al. Promoção da saúde de adolescentes e Programa Saúde na Escola: complexidade na articulação saúde e educação. **Rev. esc. Enferm. USP**, São Paulo, vol. 51, 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v51/1980-220X-reeusp-S1980-220X2016039303276.pdf>> Acesso em: 10 fev. 2019.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso em: 15 mar. 2019.

BRASIL. **Lei nº 8.142**, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Brasília, DF, 28 dez 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8142.htm> Acesso em: 15 mar. 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, dez 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm> Acesso em: 14 mar. 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação-PNE e dá outras providências. Brasília, DF, jun. 2014. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm> Acesso em: 23 jun. 2020.

BRASIL. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. Conselhos Escolares: **Democratização da escola e construção da cidadania**. Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica. Brasília: DF; 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce_cad1.pdf> Acesso em: 3 mar. 2019.

BYDLOWSKI, Cynthia Rachid. Saúde e cidadania. **Revista o mundo da Saúde**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 419-425, 2007. Disponível em: <http://bvsm.sau.gov.br/bvs/periodicos/mundo_saude_artigos/saude_e_cidadania.pdf> Acesso em: 20 abr. 2019

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. 23. reimpressão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GUEDES, J. V.; SILVA, A. M. F.; GARCIA, L. T. S. Projeto político pedagógico na perspectiva da educação em direitos humanos: um ensaio teórico. **Rev. Bras. Estud. Pedagog.**, Brasília, v. 98, n. 250, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2176-66812017000300580&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em: 20 mar. 2019.

HADDAD, S. **Educação de Jovens e Adultos, a promoção da Cidadania Ativa e o desenvolvimento de uma consciência e uma cultura de paz e direitos humanos**. 2003. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do 'fim dos territórios' à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades, 2010**. Lagarto - SE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/lagarto/pesquisa/23/24304?detalhes=true&tipo=ranking&indicador=247>> Acesso em: 22 jun. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2016**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98965.pdf>> Acesso em: 22 jun. 2019.

JACOBI, P. R. Políticas Sociais locais e os desafios da participação cidadina. **Ciência e Saúde coletiva**, v. 7, n. 3, p. 443-454, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232002000300005&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em: 12 jun. 2019.

LÜCK, H.; et al. **A escola participativa: o trabalho do gestor escolar**. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

MIRANDA, R S. Racismo no contexto da saúde: um estudo psicossociológico. **Tese [Doutorado]** – Universidade Federal da Paraíba; 2015.

NAJJAR, J. Gestão democrática da escola, ação política e emancipação humana. **Movimento - Revista de Educação**, n. 13, p. 20-33, 2006. Disponível em: <<http://www.revistamovimento.uff.br/index.php/revistamovimento/article/view/165>> Acesso em: 20 mar. 2019.

PARO, V. H. **Gestão democrática da escola pública**. 3. ed. 10ª impressão. São Paulo: Ática, 2006.

PATEMAN, C. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

ROUSSEAU, J-J. **Do contrato social**. Tradução: Lourdes Santos Machado. 2. ed. São Paulo: Abril Cultura, 1978.

SANTOS, L.; SANTOS, L. D.; SILVA, R. R. N; et al. A importância da participação popular no conselho municipal de educação do município de estância/se. In: **VI JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS**, 2013. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anaiseixo8direitosepoliticaspUBLICAS/aimportanciadaparticipacaopopularnoconselhomunicipal.pdf>> Acesso em: 23 jan. 2019.

TEZOZO, E. L.; OLIVEIRA, R. D. O princípio da cidadania na constituição federal de 1988. **FAIT**, v. 1, 2012. Disponível em: <http://fait.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/2CaAw1nnUL9zQGT_2014-4-16-17-7-18.pdf> Acesso em: 10 fev. 2019.